

Instituto de Educação Sarah Kubitschek: as origens da “Brasília de Miécimo” (1957)¹

Fábio Souza Lima 

Professor do Departamento de Teorias e Fundamentos da Educação da Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

Resumo

Este artigo visa contar a história do surgimento do Instituto de Educação Sarah Kubitschek (IESK), na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro. Com um *campus* grande o suficiente para sediar, atualmente, a Universidade Estadual da Zona Oeste (UEZO), a unidade tem suas origens no final da década de 1950, sendo fruto de uma luta política com interesses públicos e privados, dentro de um contexto de expansão da rede de ensino da então capital do Brasil.

Palavras-chave: História da Educação; Instituto de Educação Sarah Kubitschek; Formação de Professores.

Abstract

Sarah Kubitschek Institute of Education: the origins of “Brasília de Miécimo” (1957)

This article aims to tell the story of the emergence of the Sarah Kubitschek Institute of Education (IESK), in the western part of the city of Rio de Janeiro. With a *campus* large enough to currently host the State University of the Western Zone (UEZO), the unit has its origins in the late 1950s, being the fruit of a political struggle with public and private interests, within a context of expansion of the education network of the then Brazilian capital.

Keywords: History of Education; Sarah Kubitschek Institute of Education; Teacher training.

Resumen

Instituto de Educación Sarah Kubitschek: los orígenes de la “Brasília de Miécimo” (1957)

Este artículo pretende contar la historia del surgimiento del Instituto de Educación Sarah Kubitschek (IESK), en la zona oeste de la ciudad de Río de Janeiro. Con un *campus* lo suficientemente grande para albergar, actualmente, la Universidad Estatal de la Zona Oeste (UEZO), la unidad tiene sus orígenes a finales de la década de 1950, siendo fruto de una lucha política con intereses públicos y privados, dentro de un contexto de la expansión de la red de enseñanza de la entonces capital de Brasil.

Palabras clave: História da Educação; Instituto de Educación Sarah Kubitschek; Formação de Professores.

¹ O artigo é fruto da tese de doutorado intitulada “As Normalistas do Rio de Janeiro – O ensino normal público carioca (1920 – 1970): das tensões políticas na criação das instituições à procura das diferentes identidades de suas alunas”, UFRJ, 2017.

Introdução

O pós-ssegunda guerra (1939–1945) foi marcado por um crescimento vertiginoso na busca popular aos bancos escolares. Um pensamento que tomou conta principalmente das classes médias de que a educação era o meio pelo qual o indivíduo, a família e o país seriam redimidos na construção de uma nova nação. As três promessas que recheavam o produto final desse pensamento, elaborado como se fosse um sonho tangível para todos, eram: desenvolvimento, igualdade e mobilidade social (CANÁRIO, 2008).

Nesse contexto, tal procura pelo ensino no Rio de Janeiro, que até 1960 foi a capital do Brasil, cresceu e se tornou um movimento de pressão popular por mais acesso à educação. Decorrente dessa atividade, tornou-se imperativo a criação de mais Escolas formadoras de professores para atuar nas primeiras séries. O curso de formação desses profissionais, chamado de Curso Normal, no Distrito Federal contava apenas com o afamado Instituto de Educação (IE/ 1932), da Tijuca e a recém-criada Escola Normal Carmela Dutra (ENCD/ 1946), no bairro suburbano remoto e de difícil acesso chamado de Madureira.

Parecia evidente, portanto, que a política adotada nesse processo de expansão do ensino na cidade e no país. O novo Plano Para o Desenvolvimento do Ensino Primário, elaborado pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos², em linhas gerais, apontava a necessidade da construção de escolas por todo país, mas dava ênfase às zonas rurais. Dos recursos aportados na educação, 70% foram para a construção de novas escolas primárias, sem a preocupação de repetir os custos elevadíssimos da construção do Instituto de Educação do Distrito Federal. Aliás, na prática, segundo narrou o Ministro da Educação Ernesto de Sousa Campos, em 1946, o mais importante era a quantidade de escolas, mesmo que fossem construídas de pau a pique e telha de palha. Para que as unidades funcionassem, contudo, seria necessário ampliar dramaticamente a quantidade de professores aptos a lecionar nas escolas primárias. Contudo, entre 1946 e 1957, nenhuma outra Escola Normal foi criada na cidade, abarrotando de normalistas os cursos já existentes e criando um entrave no crescimento do ensino (LIMA, 2015).

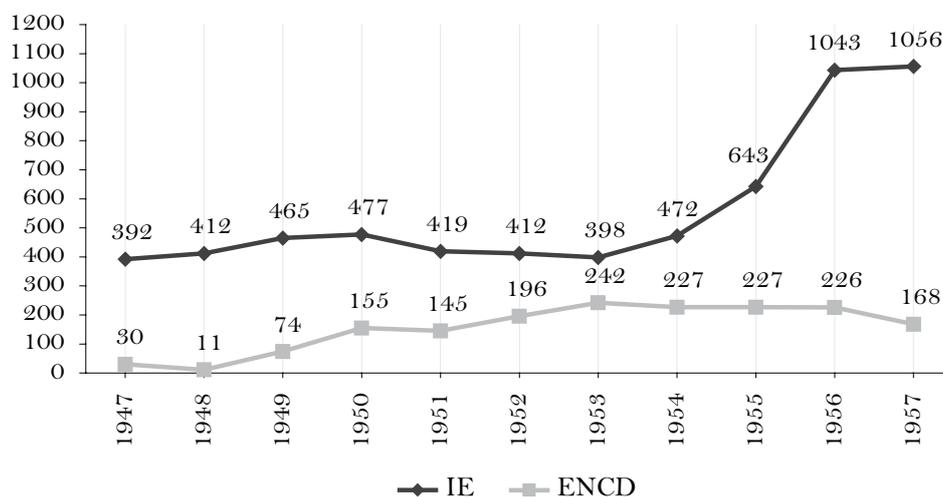
O contexto social da capital do Brasil

Para entendermos o porquê de mais de dez anos de espera entre a criação de uma unidade e outra é preciso examinarmos quatro pontos específicos da capital do Brasil no final dos anos 1950. Em primeiro lugar, era evidente o crescimento popula-

² Atualmente chamado de Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

cional da cidade nos anos 1950 e 1960 em direção ao sertão carioca³, alimentada pelas linhas férreas (FERNANDES, 2011), tornando igualmente crescente a demanda por ensino no interior da cidade. Dados demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que em 1940, 48,8% da população total existente no estado do Rio de Janeiro viviam no Distrito Federal. Em 1950, esse índice alcançou o ponto máximo, chegando a 50,9% da população da UF. Em números absolutos, a população da cidade quase dobrou neste período, posto que em 1940 o número de cariocas era de 1.764.141, passando para 2.377.451 em 1950 e chegando a 3.307.163, em 1960⁴. Não por acaso, as duas escolas do Distrito Federal começaram a ficar abarrotadas de jovens que procuravam no ensino o caminho para o crescimento social (Gráfico).

Quantitativo de alunos matriculados no primeiro ano do
Curso Normal do IE e da ENCD (1947-1957)



Fonte: Cmeb/ISERJ e acervo do IECD.

Gráfico – Crescimento do quantitativo de alunos egressos no primeiro ano das Escolas Normais da cidade do Rio de Janeiro entre 1947 e 1957.

³ A palavra “Sertão” significa região do interior, longe da costa e das povoações. Utilizamos neste trabalho a expressão “Sertão Carioca”, com base no livro de título homônimo de autoria de Armando Magalhães Corrêa. Nesta citação, podemos entender como se via o interior do Rio de Janeiro à época: “Pouca gente, hoje, escreve sobre as coisas do Rio de Janeiro. E os poucos que escrevem, se limitam à história. Mas ultimamente um desses escritores, afastando-se do asfalto moderno e elegante da avenida e deixando em paz a poeira venerável dos arquivos, resolveu, como Fernão Paes ‘entrar pelo sertão’. Sim, embora, o carioca da Avenida, do posto 4, dos chás e cinemas chics fique espantado, existe, nesta sua maravilhosa terra um ‘sertão’ como na Amazônia, em Mato Grosso, em Goyaz, em Minas, na Bahia. Embora menos bravio... Tinha-me eu na conta de razoável sabedor de coisas do Rio antigo, do Município neutro, do actual Districto Federal. Era uma pretensão como tantas. Mas bastou o professor Magalhães Corrêa iniciar a divulgação de uma serie de reportagens interessantíssimas para verificar que eu nada sabia” (CORRÊA, 1936, pp. 1-2.)

⁴ Crescimento Populacional do Município do Rio de Janeiro entre 1872 e 2010 com relação ao Estado do Rio de Janeiro/Crescimento populacional em números absolutos. Disponível em: <http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/>. Acessado dia 19.01.17.

Em segundo lugar, concorreu para a criação das novas unidades, a atuação dos intelectuais da educação ligados ao pensamento escolanovista. Embora não exercessem necessariamente pressão sobre classe política, o prestígio de determinados intelectuais influenciava diretamente os políticos e a população por meio dos jornais. No final da década de 1950, com as tensões político-sociais que se refletiam na educação por conta do modelo nacional-desenvolvimentista em destaque no governo de Juscelino Kubitschek (JK), esses educadores haviam publicado um novo documento intitulado “Manifesto dos Educadores: mais uma vez convocados” (AZEVEDO et al. 2006)⁵. Esse manifesto, de certa maneira, atualizava a ação desses educadores em mais de vinte anos depois do manifesto de 1932, posicionando-se como nova etapa do processo de reconstrução nacional (SANFELICE, 2007). Quanto às Escolas Normais do Rio de Janeiro, Anísio Teixeira e Lourenço Filho apontaram, por mais uma vez desde o início dos anos 1950, que deveriam ser instaladas outras Escolas Normais para o melhor atendimento público na cidade (LIMA, 2017) (Figura 1).

[...] o parecer do professor Lourenço Filho, subscrito pelo professor Anísio Teixeira, segundo o qual preceitua o número de quatro escolas para a formação de professoras, obedecendo o critério de zoneamento da cidade, criando-se dessa forma, não só a Escola Normal de Campo Grande, mas igualmente outra na Zona Sul⁶.

Nesse sentido, diante da grande procura por mais unidades escolares, os diretores do IE e da ENCD, respectivamente, Mário Paulo de Brito e Antônio Antunes Júnior, entre outros professores foram então convidados, em fevereiro de 1957, para debater o parecer desses intelectuais, se fazendo presente o educador Lourenço Filho, que podemos ver de pé na imagem da direita.

Embora a comissão apresentasse parecer favorável a construção de uma Escola Normal em Campo Grande, o Conselho Técnico, a Congregação do IE e o seu diretor se posicionaram junto à imprensa contrários a descentralização da formação de professores na capital federal, declarando “inconvenientes” no processo de expansão das Escolas Normais, que jamais foram esclarecidos (LIMA, 2017).

⁵ Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/22e/doc2_22e.pdf.

⁶ DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Criação de Novas Escolas Normais. 21 de fev. de 1957, p. 4. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 02.08.16.



Fonte: Jornal das Moças. 12 de fev. de 1957, p. 12-13. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 02.08.16.

Figura 1 – Comissão de criação das Escolas Normais de Campo Grande, Zona Sul e Zona da Leopoldina.

Decorrente desse impasse, as comissões de pais apareceram como terceiro motivo de surgimento das novas unidades de formação de professores. Ano após ano, durante toda década de 1950, reuniam-se comissões de pais para requerer junto à Prefeitura por mais vagas para as suas filhas. Para auxiliar as comissões de pais que se reuniram para pleitear por vagas para excedentes, em 1955, surgiu uma comissão fixa de pais de alunas das unidades IE e ENCD. A meta desse novo grupo, para o ano de 1956 era auxiliar as Normalistas a manter os seus direitos e facilitar o processo seletivo para as candidatas pressionado por mais vagas nos exames anuais (LIMA, 2017). Em 1957, depois de mais um certame em que centenas de candidatas haviam sido aprovadas, mas não cursariam o Normal por falta de vagas, o jornal *Correio da Manhã* publicou, com o título “As novas escolas normais – auxílios concedidos, com esse objetivo, a dezenove unidades da federação”, números que apontavam que o Distrito Federal tinha em caixa a maior quantidade em recursos disponíveis para o aumento de vagas na rede pública de ensino⁷. A conclu-

⁷ CORREIO DA MANHÃ. As novas escolas normais – auxílios concedidos, com esse objetivo, a dezenove unidades da federação. 25 de jan. de 1959, p. 4. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 03.09.16.

são da matéria, diante da pressão popular foi simples e direta: faltava vontade política para a aprovação de mais Escolas Normais.

Torna-se impossível, portanto, continuarmos sem tocar, mesmo que brevemente, no fenômeno político do populismo. Para a historiadora Ângela de Castro Gomes, em primeiro lugar, o populismo é uma política de atendimento às massas (2001), sendo essa política relacionada não apenas ao crescimento populacional, mas à modernização das relações de trabalho. A autora também aponta que o *populismo* é resultado de determinada perda de representatividade diante da complexidade da sociedade moderna. Nesta perspectiva, aliando-se à evidência de crescimento populacional para os subúrbios, também à atuação dos intelectuais da educação e à pressão por participação das classes médias baixas, temos o que a historiadora apontou ser uma necessidade da classe dominante em conquistar apoio político das massas emergentes.

Um último ponto destacado por Gomes (2001), amarrando esses quatro motivos de crescimento da rede de Escolas Normais na cidade, aponta para o surgimento de líderes populistas. Sujeitos carismáticos capazes de mobilizar as massas a uma determinada participação política, submetida a eles próprios. Exatamente o que temos no interior carioca, nos anos que antecedem à criação da Escola Normal de Campo Grande.

Astúcia política

Depois de mais de uma década de espera por novas unidades, a Escola Normal Sarah Kubitschek (ENSK) surgirá de um processo semelhante a ENCD. Em 1946, por ocasião do concurso para novas alunas do IE, as 177 alunas aprovadas, mas não chamadas por falta de vagas na Instituição, iniciaram uma série de protestos e polêmicas, discussões que culminaram na proposta de criação da nova unidade, em Madureira. Tal evento em que as famílias de alunas foram às ruas denunciar o que afirmavam ser uma injustiça. Falta de investimento público em educação e falta de vontade política em atender aos interesses da população, se repetiu, parcialmente, no final dos anos 1950. Desta vez, no entanto, a reclamação dos pais das candidatas atingia diretamente a *Escola Normal dos Subúrbios* (ENCD), que não conseguia absorver o número de aprovadas em seu concurso. Tal pressão demonstrava o caminho que a educação fazia para o interior da cidade, seguindo a linha férrea até a região de Campo Grande, grande e populosa o suficiente para ter status de cidade (LIMA, 2017).

Dona Carmela Dutra, faleceu em 1947, dois anos após Eurico Gaspar Dutra se tornar Presidente da República pelo Partido Social Democrático (PSD). Antes de sua morte, porém, com grande influência no governo do marido, Dona Santinha lançou um de seus assessores, Miécimo da Silva, ao cargo de vereador no Distrito Federal. Em entrevista recente para a historiadora Luciana Cardoso, o filho de Miécimo resumiu assim esses primeiros passos do pai dentro da política:

Ele [Miécimo da Silva] começou trabalhando no palácio, o presidente era Gaspar Dutra [sic]. E ele começou a trabalhar com Dona Santinha (Dona Carmela Dutra, primeira dama do Brasil). Dona Santinha falou para todos aqueles que trabalhavam com ela na Obra Social do Brasil, ela disse: - O que vocês querem? O governo está acabando. “Vou dar o que vocês quiserem” Isso para aquelas pessoas que ela mais gostava. Meu pai disse: - Eu tenho vontade de ser vereador. Ela chamou o Adhemar de Barros e disse: “- Lança o Miécimo vereador”. Aí o Adhemar deu um jipe para meu pai e ele saiu candidato e perdeu. Depois veio outra eleição e se elegeu vereador e nunca mais perdeu” (Filho de Miécimo da Silva, apud CARDOSO, 2007, pp. 87-88).

Miécimo da Silva, depois da primeira tentativa frustrada, elegeu-se vereador pelo Partido Social Progressista (PSP), tornando-se um destaque na região de Campo Grande por atender demandas locais. Ficou conhecido em seu primeiro mandato (1951–1955) como “vereador das Bicas d’água” e iniciou a sua segunda legislatura (1956–1960) com intentos ainda maiores. Em 1962 elegeu-se como Deputado na Assembleia Legislativa do Estado da Guanabara (ALEG), declarando-se dono de Colégio em Campo Grande (MOTTA, 2000, p. 79). Miécimo da Silva foi responsável, junto ao jornalista Antônio de Pádua Chagas Freitas por criar o Grupo do Jornal O Dia, mídia que ajudou a alavancar ambas as carreiras políticas. Mais tarde, segundo entrevista fornecida por seu filho, Miécimo teria sido responsável por convencer o próprio Chagas Freitas a entrar na vida política, o que aconteceu de fato, sendo ele, mais tarde, eleito governador do estado da Guanabara (1970–1975) (Ver LOPES, 2007). Essa relação de afinidade com Chagas Freitas se provaria mais tarde, como veremos mais tarde sobre a inauguração do grande projeto de Miécimo para Campo Grande. Durante a ditadura, Miécimo filiou-se ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), tornando-se responsável por toda zona oeste, graças a sua enorme influência na localidade.

Com grande habilidade nas relações sociais com a comunidade, além de astúcia nas relações dentro da Câmara dos Vereadores, sua atuação fora reconhecida pelo então governador do estado da Guanabara, Carlos Lacerda (1960–1965), que comentava (em referência ao esforço político do presidente Juscelino Kubitschek de construir Brasília) sobre sua batalha para criar uma Escola Normal em Campo Grande aos

moldes do que já havia sido feito em Madureira: “Aquilo lá é a Brasília de Miécimo” (SILVA, 2006, p. 239).

O bairro de Campo Grande ainda era uma região marcadamente rural nos anos 1950. Já nas primeiras décadas do século XX, desenvolvida a estrada e ferro que caracteriza a região como um subúrbio, Campo Grande tornara-se referência na produção de laranjas, o que lhe rendeu a alcunha de “citrolândia”⁸. Já na década de 1940, a produção de laranjas decresceu e a região começou a ser urbanizada em um processo de loteamento que fez o bairro crescer 119% entre 1950 e 1960 (CARDOSO, 2009), mesmo período em que a Escola Normal de Campo Grande estava sendo instalada. Somente depois de construída uma Escola Normal no bairro, outros acessos foram construídos para a região, como a Avenida Brasil, por exemplo. Campo Grande, a partir do governo de Carlos Lacerda, no Estado da Guanabara, continuou crescendo até se tornar um Distrito Industrial, instalando-se na região empresas como a Siderúrgica Cosigua-Gerdau, a Casa da Moeda, a Vale-Sul e a Michelin, por exemplo⁹.

Na Comissão para estudar o parecer do Professor Lourenço Filho sobre mais Escolas Normais na cidade, citada anteriormente, estavam presentes os professores Astério de Campos, Helton Alvares Veloso de Castro e Waldemar Marques Pires. Paralelamente, haviam iniciado as discussões na Câmara Municipal sobre o Projeto nº 378 de autoria de Miécimo da Silva, que visava criar a Escola Normal de Campo Grande.

Sabendo da limitação de sua atuação em tal Comissão, Miécimo incentivou uma “festa cívica” em homenagem aos professores que decidiriam sobre as novas Escolas Normais. Em nove de dezembro de 1956, a festa decorreu com um ar de certeza de que a conquista de uma unidade para a região de Campo grande já estava definida. O jornal *Correio da Manhã*, com o título “Campo Grande terá a sua escola normal” destacou como oradores do evento o vereador Miécimo da Silva e o diretor do IE Mário de Brito. Este último, com discurso que aparentava ter sido contrariado, preferiu enfatizar os problemas da Escola Normal (LIMA, 2017).

Miécimo também levou uma comissão do que seriam futuras alunas e pais de alunas até a prefeitura, pois, no final das contas, a criação dessa unidade também

⁸ Disponível em: <http://portalgeo.rio.rj.gov.br>. Acessado dia 01.06.17.

⁹ Disponível em: <http://www.oriodejaneiro.com>. Acessado dia 01.06.17.

poderia render votos de um dos maiores currais eleitorais da cidade ao então prefeito Francisco Negrão de Lima¹⁰ (PSD) (de 22/03/1956 a 08/07/1956).

O prefeito Negrão de Lima recebeu, ontem, no Palácio Guanabara, numerosa comissão de jovens residentes em Campo Grande e imediações, acompanhadas dos seus respectivos pais, a fim de solicitar do Governador da Cidade a Instalação do Curso Normal naquela localidade. A comissão foi apresentada à S. Exa. Pelo Vereador Miécimo da Silva, que enalteceu a necessidade da criação de uma Escola Normal em Campo Grande, levando em conta não só o desenvolvimento local como o grande interesse existente na juventude daquele subúrbio. O prefeito, depois de ouvir o Vereador carioca e a interprete da comissão, declarou que o assunto já está sendo estudado com especial interesse¹¹.

Contudo, o “especial interesse” ao qual se referiu o Negrão de Lima, acontecia dentro da Comissão criada por ele, cujo Presidente era o diretor do IE, Mário de Brito, que anteriormente havia se manifestado contrário à criação de novas Escolas Normais, tal como já havia sido contrário a descentralização da formação de professores, como acabou ocorrendo com a criação e posterior autonomia da ENCD.

Entretanto, a disposição do vereador Miécimo da Silva em instalar a Escola Normal, além de chamar a atenção do Executivo, mostrava-se também oportuna na Câmara dos Vereadores, onde ele atuava legalmente. Antes mesmo de se tornar pública a opinião contrária da Comissão, no dia 26 de novembro de 1957, em meio à discussão do projeto de lotes gratuitos aos favelados, Miécimo realizou uma manobra astuciosa dentro do que viria a ser a Lei nº 906¹². Atuando nos bastidores, o vereador inseriu três breves artigos em meio a uma lei oriunda da Comissão de Economia e Finanças da Câmara, de responsabilidade do Vereador Frederico Trotta (PSD), e realizou uma jogada comum entre os parlamentares:

Na época, tinha Lacerda e Tenório Cavalcanti. Meu pai era do partido neutro; ele votava dos dois lados, ele negociava voto em troca. [...] Ele negociava em troca de obras para o bairro, então era isso. Ele precisava de votos para a aprovação do Sarah. Na época, queriam a aprovação de uma obra no Maracanã; precisavam do voto do meu pai; o voto dele era o de Minerva, ele trocou com Lacerda o início do Sarah (Filho de Miécimo da Silva, *apud* CARDOSO, 2015, p. 46).

¹⁰ Francisco Negrão de Lima foi Prefeito do Distrito Federal entre 22 de março de 1956 e 8 de julho de 1958. E também foi governador do estado da Guanabara entre 5 de dezembro de 1965 e 15 de março de 1970.

¹¹ JORNAL DO BRASIL. Ensino Normal na Zona Rural. 11 de abr. de 1957, s/p. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 03.09.16.

¹² DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Em regime de urgência – A famosa mensagem 53. 27 de nov. de 1957, s/p. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 02.08.16.

Apesar do projeto em nome de Trotta, Miécimo não deixou de colher os frutos pela vitória, como mostrou o jornal Diário de Notícias.

Foi aprovado, ontem, pela maioria da Câmara dos Vereadores, o projeto de lei n. 378, de 1957, de autoria do vereador Miécimo da Silva, criando a Escola Normal de Campo Grande. A aprovação do importante projeto resultou de hábil manobra de seu autor, que conseguiu, com os seus pares, a sua inclusão em forma de emenda da Comissão de Economia e Finanças ao projeto de lei n.º 32, de 1952, aprovado em regime de urgência na sessão extraordinária noturna do dia 26¹³.

O Projeto n.º 32, de autoria de Trotta, que se tornou depois a Lei n.º 906, de 16 de dezembro de 1957, trazia em seu *caput*: “Determina a distribuição de lotes gratuitos aos favelados, soluciona o problema das favelas e dá outras providências” (PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL, 1957). Evidentemente, portanto, era uma lei que deveria tratar de qualquer assunto educacional. E é justamente nesse ponto que aparece o estratagema de Miécimo. Apesar da estranheza do *caput* e dos primeiros artigos que falavam de doação de terras para favelados da região, além da criação de um Internato de menores e atendimento aos órfãos, podia-se encontrar lá a criação da Escola Normal de Campo Grande, bem como de duas outras unidades, que, apontavam claramente o esforço da negociação com políticos que tinham influência em outras áreas da cidade. Por meio de acordos políticos, Miécimo conseguiu garantir desde a primeira hora, inclusive, a autonomia administrativa que a ENCD só conquistou sete anos depois de sua criação.

Além do feito de Miécimo da Silva, ele próprio acabava por colocar mais um personagem no jogo político que envolvia as Escolas Normais, o vereador Frederico Trotta, que se tornará uma espécie de baluarte da formação de professores nos próximos anos (Ver LIMA, 2017). Os artigos 10 e 11, que refletiram o esforço do *Vereador das bicas d’água*, seguiram com as seguintes palavras:

LEI N.º 906 – DE 16 DE DEZEMBRO DE 1957

Determina a distribuição de lotes gratuitos aos favelados, soluciona o problema das favelas, e dá outras providências.

[...] Art. 10. Fica criada, em Campo Grande, uma Escola Normal, com a mesma finalidade e organização do Instituto de Educação e da Escola Normal Carmela Dutra devendo ser enquadrada, como as suas congêneres, nas bases da Lei Orgânica do Ensino Normal (Decreto-lei n.º 8530 de 2 de janeiro de 1946).

¹³ DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Criada ontem a Escola Normal de Campo Grande. 28 de nov. de 1957, s/p. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 23.02.17.

Art. 11. A nova Escola será dirigida por um diretor subordinado à Secretaria Geral de Educação e Cultura, de nomeação do Prefeito (PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL. LEI N.º 906, de 16 de dezembro de 1957. Disponível em <https://www.jusbrasil.com.br/>. Acessado dia 02.08.16).

A Brasília de Miécimo

A maquete da Escola Normal de Campo Grande, publicada no jornal Tribuna da Imprensa, parecia tão grande e complexa, com linhas tão modernas e com tantas armações de concreto, fruto de tanta negociação política, que confirmava a expressão “Brasília de Miécimo”, atribuída ao governador Carlos Lacerda. Um edifício sede de 33 salas, uma escola primária experimental com 12 classes, um jardim de infância com quatro salas, auditório para mil espectadores, uma biblioteca para 50 mil volumes e ginásio para esportes com capacidade para 500 pessoas, a estrutura contava ainda com o projeto de uma piscina (Figura 2).

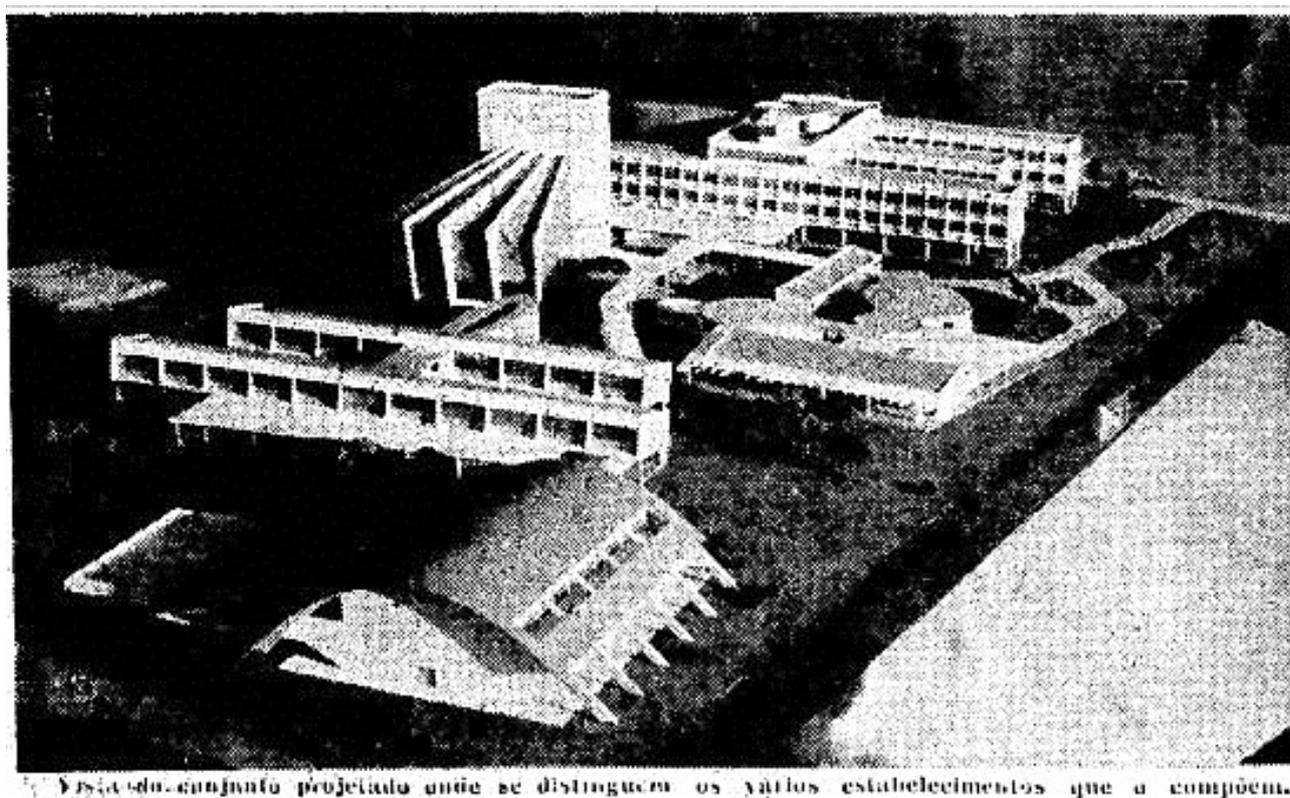


Figura 2 – DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Arquitetura nova por novos projetos. Escola Normal de Campo Grande. Projetada pelo Arquiteto e professor Benjamin de A. Carvalho. 23 de nov. de 1958, s/p. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 06.02.17.

Antes que o projeto pudesse ser tocado, porém, Miécimo interferiu por meio do professor Astério de Campos para que a Escola Normal de Campo Grande devesse se chamar Escola Normal Sarah Kubitschek, em homenagem a esposa do presidente Juscelino Kubitschek (1956–1961). A nova artimanha, parecida com o mesmo estratagemas que já havia sido realizado quando Carmela Dutra era primeira-dama e Miécimo era o seu assessor. Tratava-se de garantir com o uso do nome presidencial que a Lei que ele tanto se esforçou para aprovar saísse do papel e se tornasse uma realidade em Campo Grande (Ver LIMA, 2015; 2017). Com esse empenho do vereador Miécimo, a “Velha aspiração do povo suburbano”¹⁴ estava sendo atendida.

A ENSK, contudo, foi instalada apenas dois anos depois, em 29 de janeiro de 1959, e inaugurada oficialmente em três de maio do mesmo ano pelo Prefeito José Joaquim de Sá Freire Alvim¹⁵. E a despeito do projeto grandioso que só seria inaugurado quase vinte anos depois, a unidade realizou seu primeiro concurso em uma sede provisória dentro da Escola Venezuela, a apenas 600 metros da estação de trem de Campo Grande.

Na [Escola] Venezuela, no momento já havia um número razoável de professoras de Campo Grande, porque abriu o Carmela, agora que entra o Sarah, [...] o Miécimo conseguiu a criação da Escola Normal Sarah Kubitschek [...] Ele foi até mim e falou: “- Professora J, não tenho lugar para funcionar o colégio”. [...] Aí então ele veio: “Professora não há lugar para a escola funcionar a senhora nos acolhe?” E eu: “Claro!” Porque a Venezuela [...] tem um prédio [na Rua Amaral Costa, nº 37] e depois eles fizeram um anexo sobre pilotis, com quatro salas com entrada independente mas também tem ligação com o prédio, e aí eu, eu cedo quatro salas, transformo a escola em três turnos porque eu não vou prejudicar meus alunos, nem a oferta, porque se eu cedesse quatro salas eu não poderia receber alunos novos, em três turnos eu não prejudico meus alunos (Diretora da Escola Venezuela, *apud* CARDOSO, 2007, p. 92).

Mesmo com as dificuldades de espaço, foi organizada uma grande festividade envolvendo o retorno da primeira-dama depois de oito meses de viagem pela Europa¹⁶. Assim, iniciando os trabalhos ainda em 1959, sob as circunstâncias supracitadas, a escola mudou-se no ano seguinte para um antigo galpão de laranjas adaptado, compartimentado e revestido de Eucatex, localizado na Rua Augusto Vasconcelos, nº 212, ficando ainda perto da estação de trem (300 metros).

¹⁴ DIÁRIO DA NOITE. Será criada a Escola Normal de Campo Grande. 27 de fev. de 1957, s/p. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/>. Acessado dia 06.02.17.

¹⁵ ALERJ. Disponível em: <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro0711.nsf/0cd372d488e6ae5783256cee00699aa2/2965d5ee8297e3f0832575c30052431d?OpenDocument>. Acessado dia 07.02.17.

¹⁶ O JORNAL. D. Sarah desembarcou ao som de bandas de músicos mirins. 10 de set. de 1959, s/p. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 16.9.16.

Seguindo o padrão das escolas da cidade do Rio de Janeiro, as obras da ENSK para a sede definitiva começaram ainda em 1960, mas foram abandonadas por diversas vezes, sendo completamente embargada em 1962 pelo então governador Carlos Lacerda, que chamou a obra de “Brasília Educacional”¹⁷, em mais uma referência a grandiosidade do projeto de Miécimo (Figuras 3, 4, 5).



Fonte: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

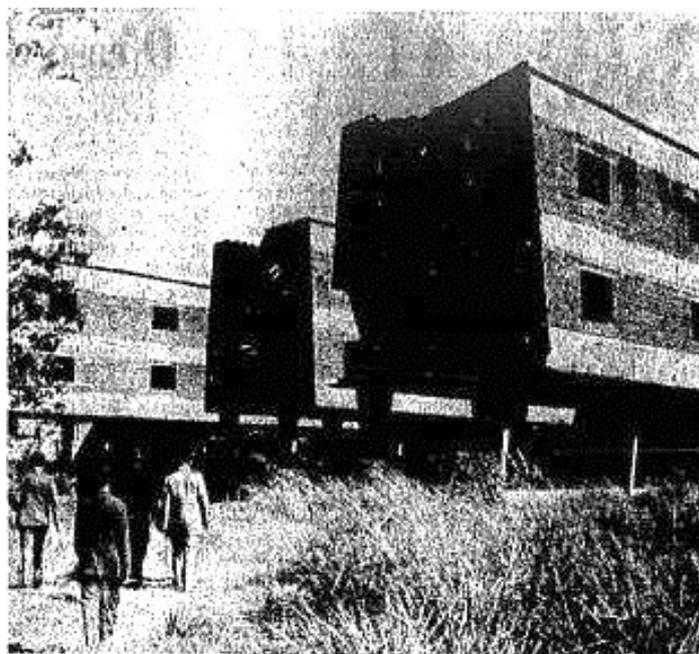
Figuras 3 – Inauguração das obras da ENSK. Referência: início dos anos 1960.



Fonte: DIÁRIO DE NOTÍCIAS. 17 de dez. de 1966, p. 6. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 06.08.17.

Figura 4 – DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Aqui jaz uma Escola Normal e com ela milhares de esperanças. 17 de dez. de 1966, p. 6.

¹⁷ CORREIO DA MANHÃ. Escola Normal pode parar depois de seis anos abandonada. 24 de jun. de 1966, p. 5. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 06.08.17.



DESPERDÍCIO

O diretor da Escola Sarah Kubitschek visitou as obras abandonadas há seis anos

Fonte: CORREIO DA MANHÃ. 24 de dez. de 1966, p. 5. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>.
Acessado dia 06.08.17.

Figura 5 – CORREIO DA MANHÃ. Escola Normal pode parar depois de seis anos abandonada. 24 de dez. de 1966, p. 5.

Segundo o jornal Correio da Manhã, a unidade, com 74 mil metros quadrados, abandonada por seis anos, contava apenas com um vigia, que ainda relatava ter medo de realizar seu trabalho por conta do assassinato a facadas que teria vitimado seu colega no local, além de diversos saques aos prédios e assaltos a pessoas nas suas redondezas. Decorrente desse abandono, houve ainda outra morte no terreno. Desta vez, um bandido que caiu ao se desequilibrar durante o roubo de canos de chumbo nos últimos andares de um dos prédios.

[...] as salas de aulas depredadas; as paredes com os tijolos arrancados; centenas de vasos sanitários roubados; bebedouros desaparecidos, portas arrancadas; pisos com os tacos, também, roubados; cerca de mil quilos de fios e cobre surrupiados; todas as vidraças partidas; as escadas que dão acesso aos andares superiores, estão sendo destruídas a pé e cabra. Tem-se a impressão de que terrível terremoto assolou aquele local. O ginásio já concluído é uma beleza, porém, agora transformaram em campo de pelada e o seu assoalho, que é um primor, está sendo arrancado. O refeitório devia ter sido uma maravilha, porém, pouco resta das mesas de mármore e outros utensílios, tudo danificado. O jardim de infância transformou-se em vasta sentina, com fezes humanas por todos os lados. É uma tristeza! Até os para-raios foram roubados. Para se penetrar nos edifícios que estão sendo demolidos, em plena luz do dia, por mãos criminosas, é preciso atravessar espesso matagal, onde se escondem marginais, maconheiros e toda espécie de malfeitores.

Duas mortes violentas já foram registradas; um vigia e um ladrão, que despencou do 3º andar, quando afanava canos e chumbo das instalações e outro assassinado. [...] os canos d’água arrebetados ou furtados, formaram piscinas sob as marquises de cimento armado. Nos recantos mais bucólicos vacas e bezerros pastam pachorrentamente¹⁸.

Todo complexo que viraria uma grande referência educacional estava pronto para se tornar mais um exemplo histórico do que é conhecido popularmente como “Elefante Branco” da administração pública. As obras para uma possível recuperação da unidade estavam orçadas em um bilhão de cruzeiros¹⁹, o que tornava quase proibitiva a sua inauguração para o Governo do Estado da Guanabara. Mas, um antigo amigo de Miécimo finalizaria o projeto para o bairro de Campo Grande.

O Instituto de Educação Sarah Kubitschek

Em 1968, um grupo de pais que ainda brigava pelas excedentes dos concursos para normalistas chegou a viajar em caravana para a casa de verão da presidência da República, em Petrópolis, com o intuito de se encontrar com Costa e Silva. Estando o chefe do executivo fora do Palácio Rio Negro, o encontro se deu com a primeira-dama, D. Iolanda da Costa e Silva, que disse entender a apreensão das famílias manifestantes e que afirmou que resolveria as questões “nem que tivesse que conseguir uma verba especial da LBA”²⁰.

Com a notícia de que seria retirada verba da Legião Brasileira de Assistência para a Secretaria de Educação da Guanabara com vistas à reconstrução da ENSK²¹ – o que, por si só já atenderia o antigo problema da cidade de falta de vagas nas Escolas Normais – o Secretário de Educação da Guanabara tratou de responder rapidamente por carta à primeira-dama “para prestar-lhe, com o respeito que merece, alguns esclarecimentos”²².

¹⁸ LUTA DEMOCRÁTICA. Cadeia para o secretário de educação. 03 de mar. de 1963, p. 2. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 02.08.17.

¹⁹ CORREIO DA MANHÃ. Escola Normal pode parar depois de seis anos abandonada. 24 de jun. de 1966, p. 5. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 06.08.17.

²⁰ DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Dona Iolanda às excedentes: Vou resolver isso. 21 de jan. de 1968, p. 2. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 06.08.17.

²¹ JORNAL DO BRASIL. D. Iolanda dará verba a excedentes. 21 de jan. de 1965, p. 3. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 06.08.17.

²² JORNAL DO BRASIL. Secretário afirma que nem “jeitinho” matricula quem não passou no Normal”. 23 de jan. de 1968, p. 16. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 06.08.17.

O Sr. Gonzaga da Gama, ao ser indagado sobre a decisão da Sra. Iolanda Costa e Silva de desviar verbas da LBA para a Secretaria de Educação, respondeu que não se trata de um problema de verbas, mas sim “de atender à demanda e professores do Estado e aos aspectos pedagógicos”, acrescentando que enviaria carta à Primeira Dama, “narrando-lhe todas as circunstâncias do problema”.

– Para a construção de uma nova escola ou término da Escola Heitor Lira e do pavilhão da Sara Kubitschek, seriam necessários 10 meses, e agora mesmo abrirei concurso para 830 professores destinados aos ginásios do Estado que lecionarão nas escolas que estarão prontas até março, e cujos alunos já foram aprovados no exame de admissão” [...]

LBA NÃO CONFIRMA

Nenhum funcionário da Legião brasileira de Assistência quis dar detalhes sobre a promessa da Sra. Iolanda Costa e Silva, presidente da entidade, no sentido de retirar parte da sua verba para entregá-la à Secretaria e Educação do Estado [...]²³.

Em meados daquele mesmo ano, o bairro de Campo Grande foi agraciado com o título honorífico de cidade pela Lei nº 1.627, de 14 de junho de 1968. No ano seguinte, em comemoração ao aniversário do título recebido, Negrão de Lima foi inaugurar uma série de obras e vistoriar algumas outras em andamento, sendo recebido pelo conjunto folclórico de alunas da ENSK²⁴, que claramente aproveitou o momento para pressioná-lo.

Sob essas condições, a unidade, mesmo antes de terminada, foi ocupada no ano seguinte, em 7 de agosto de 1970, introduzindo, aos poucos as turmas no novo prédio (CARDOSO, 2015). Em março de 1973, a unidade perdeu o nome de Escola Normal, tornando-se Colégio Estadual Sarah Kubitschek²⁵ e em 30 de setembro do ano seguinte, por meio do Decreto nº 7.384, o Governador Chagas Freitas, antigo amigo de Miécimo da Silva, ressuscitou uma Lei enumerada de 303, de 14 de janeiro de 1963, que dizia em seu Artigo 8º: “A Escola Normal Sarah Kubitschek, ao transferir-se para sua sede definitiva, na Avenida Manuel Caldeira Alvarenga s/n, passa a denominar de Instituto de Educação de Campo Grande” (LIMA, 2017).

²³ Idem.

²⁴ JORNAL DO BRASIL. Campo Grande comemorará 1º aniversário do título que o reconhece como cidade. 06 de jun de 1969, p. 16. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 02.08.17

²⁵ Acervo do Instituto de Educação Sarah Kubitschek.



Fonte: JORNAL DO BRASIL. 13 de out. de 1974, p. 38. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>.
Acessado dia 02.08.17

Figura 6 – JORNAL DO BRASIL. Chagas inaugurou em Campo Grande Instituto de Educação para 4 mil alunos. 13 de out. de 1974, p. 38.



Fonte: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

Figura 7 – Governador Carlos Chagas em inauguração do IECG, dia 12 de out. de 1974.

Assim, segundo o Jornal do Brasil, o Instituto de Educação de Campo Grande (IECG) foi estabelecido no dia 12 de outubro de 1974, conjugando o Colégio Estadual e Escola Normal Sarah Kubitschek, a Escola de 1º grau Professora Deolinda Caldeira, o Jardim de Infância Waldemar Marques Pires e o Ginásio Esportivo Helton Veloso Filho (Figuras 6 e 7). O Governador Carlos Chagas, imbuído de terminar os planos de Miécimo ainda se comprometia em construir antes do final de seu mandato, uma piscina olímpica²⁶. Foi somente por meio do Decreto nº 2.027, de 10 de agosto de 1978, o IECG foi, finalmente, transformado em Instituto de Educação Sarah Kubitschek, mantendo essa nomenclatura e a tradição do ensino até os dias atuais.

Considerações finais

A Lei n.º 906 de 16 de dezembro de 1957, abriu também a possibilidade de criação de duas novas Escolas Normais em seu artigo (desconexo dos que criaram a ENSK).

[...] Art. 15. Ficam igualmente criadas mais duas Escolas Normais, sendo uma na zona sul e outra na zona suburbana da Leopoldina. Devendo ser enquadradas como suas congêneres, nas bases da Lei Orgânica do Ensino Normal, com a direção subordinada à Secretaria Geral de Educação e Cultura, obedecendo ao mesmo regime²⁷.

Contudo, para que esses novos projetos fossem levados a cabo, era necessário um empenho político que pode ser percebido na atuação do vereador Frederico Trotta nos anos seguintes a 1957. De fato, a criação de uma Escola Normal na região mais abastada o Distrito Federal aconteceria em 1959, com uma atuação incansável desse vereador, junto a um *lobby* intenso do jornal Diário Carioca, que resolveu encampar a tarefa de criação de uma unidade para atender o seu público, residente na Zona Sul da cidade, afastada da linha férrea e ainda isolada da Zona Norte, posto que o túnel que liga as duas regiões só seria construído anos mais tarde (Ver LIMA, 2017).

A outra unidade citada na Lei, porém, em um processo de contrapeso, inaugurada no mesmo dia que sua irmã gêmea da Zona Sul, eclodiria na Zona da Leopoldina, que na época abarcava a região da Penha. Seu surgimento, atendendo aos anseios populares, foi repleta de problemas envolvendo sua estrutura, mas que, por fim, foram resolvidos para o atendimento à crescente população da região. E no ano em que o

²⁶ JORNAL DO BRASIL. Chagas inaugurou em Campo Grande Instituto de Educação para 4 mil alunos. 13 de out. de 1974, p. 38. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 02.08.17

²⁷ Idem.

Rio de Janeiro deixou de ser Capital Federal para se tornar o estado da Guanabara (1960), uma outra unidade ainda seria criada, também se utilizando de mais um nome presidencial para garantir a sua existência em um primeiro momento. Entretanto, a história dessas três unidades são assunto para outros artigos.

Referências

AZEVEDO, F. et al. Manifesto dos educadores: mais uma vez convocados. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n. esp., p. 205-20, ago. 2006.

CANÁRIO, R. A escola: das “promessas” às “incertezas”. *Revista Educação Unisinos*, v. 12, n. 2, p. 73-81, maio/ago. 2008.

CARDOSO, D. S. Reabilitação urbana e expansão comercial na era da cidade polinucleada: o re-ordenamento territorial no “bairro-região” de Campo Grande (RJ). *Revista Geo-Paisagem*, v. 8, n. 16, jul./dez. 2009.

CARDOSO, L. *Somos semeadores: estratégias identitárias na escola normal Sarah Kubitschek (1963 – 1965)*. 2007. Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2007.

CARDOSO, L. “O Sarah”: entre memórias de uma instituição e a instituição destas memórias. 2015. Tese (Doutorado) — Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, RJ, 2015.

CORRÊA, A. M. *O sertão carioca*. Rio de Janeiro, RJ: Imprensa Nacional, 1936.

FERNANDES, N. N. *O rapto ideológico da categoria subúrbio: Rio de Janeiro 1858-1945*. Rio de Janeiro, RJ: Apicuri, 2011.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. *Hemeroteca digital da biblioteca nacional*. Rio de Janeiro, RJ, (s. d.). Disponível em: <www.hemerotecadigital.bn.br>. Acessado em: 10 dez. 2015..

GOMES, A. C. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In: FERREIRA, J. (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2001. p. 17-53.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL – Inepac. *Patrimônio cultural bens tombados*. Rio de Janeiro, RJ, (s. d.). Disponível em: <http://www.inepac.rj.gov.br/index.php/bens_tombados/detalhar/352>. Acessado em: 8 ago. 2017.

LIMA, F. S. *As normalistas chegam ao subúrbio: a história da escola normal Carmela Dutra: da criação à autonomia administrativa (1946-1953)*. Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2015.

LIMA, F. S. *As normalistas do Rio de Janeiro: o ensino normal público carioca (1920 – 1970): das tensões políticas na criação das instituições à produção das diferentes identidades de suas alunas*. Tese (Doutorado) — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2017.

LOPES, N. R. M. *Coronelismo e chaguismo na zona oeste do Rio de Janeiro: clientelismo ou o coronel e o caso das bicas d’água no Mendanha*. Rio de Janeiro, RJ: Dissertação (Mestrado) — Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2007.

MOTTA, M. S. *Saudades da Guanabara: o campo político da cidade do Rio de Janeiro (1960 – 75)*. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

RIO DE JANEIRO. Secretaria Municipal de Educação. *Prêmio Anísio Teixeira*. Rio de Janeiro, RJ, (s. d.). Disponível em: <<http://www0.rio.rj.gov.br/sme/crep/pat/pat.htm>>. Acessado em: dia 5 jul. 2017.

RIO DE JANEIRO. Lei Nº 906, de 16 de dezembro de 1957. Cria o Colégio Estadual Heitor Lira. *Diário Oficial do Distrito Federal*, 18 dez. 1957.

SANFELICE, J. L. História das instituições escolares. In: NASCIMENTO, M. I. M. et. al. (Orgs.). *Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica*. Campinas, SP: Autores Associados, 2007. p. 75-93.

SILVA, R. C. *Novas tendências do sindicalismo brasileiro: a formação do sindicato estadual dos profissionais de educação (Sepe – Regional V) no período de 1979 – 1990*. Dissertação (Mestrado) — Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, RJ, 2006.

Submissão em: 04-10-2018

Aceito em: 01-04-2019